

PRODUÇÃO FLEXÍVEL

SEUS REFLEXOS SOBRE O TRABALHO E O TERRITÓRIO

Hermes Magalhães Tavares*

As economias capitalistas desenvolvidas passam, desde os anos 70, por acentuados processos de reestruturação, que repercutem no espaço territorial, com implicações, igualmente, na mobilidade da força de trabalho. Esses processos, evidentemente, ocorrem no âmbito das estratégias de ajuste face à crise do capitalismo, que atravessa as últimas duas décadas.

Nas linhas que seguem, propomo-nos tratar desses aspectos da reestruturação econômica nos países centrais e dos reflexos mencionados.

Acumulação flexível versus fordismo

Para estudar essas questões da reestruturação econômica por que passaram as economias capitalistas, mormente as do "centro", talvez seja útil começar por um termo, **flexibilidade**, que, não faz muito tempo passou a ser empregado no mundo dos negócios e nos

meios acadêmicos. Palavra-chave para combater a **rigidez**, que se passava a considerar como a marca do tipo de produção e de organização do trabalho predominante desde os anos 30. Duas palavras que, muito provavelmente refletiriam os dois momentos do capitalismo dos últimos 70 anos. A segunda traduziria aquilo que outrora contribuía para o grande desempenho do capitalismo: as práticas tayloristas-fordistas. A primeira marcaria as diferentes tentativas que, aqui e ali, buscam introduzir o novo, que alguns, à falta de melhor denominação, chamam de pós-fordismo.

O marco entre os dois momentos situa-se no final dos anos 70, quando já está em curso a atual crise do capitalismo. Para entendermos essas transformações que, contemporaneamente, estão se processando convém observar os traços gerais do taylorismo-fordismo.

Com a depressão iniciada em 1929, nos países centrais, emergem as condições para a consolidação de novas formas de produção e regulação. Aqui a inovação tecnológica assu-

me um papel crucial. Nas primeiras décadas deste século, Taylor havia desenvolvido os princípios da chamada administração científica, na qual se destaca o estudo de tempos e movimentos, permitindo subdividir ao máximo as atividades, possibilitando o emprego extensivo de mão-de-obra-qualificada. A nova organização do trabalho separava as funções de concepção (administração, pesquisa e desenvolvimento, desenho, etc.) das funções de produção. Ou seja, rígida divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Ford introduz a linha de montagem no processo de produção e estabelece como meta fundamental o aumento da produtividade que, correlativamente ao aumento dos salários, permitiria alcançar o consumo de massa. Consumo de massa implica, por outro lado, produção em massa, produtos estandardizados. O fordismo, mais do que uma revolução na produção, é um conjunto de práticas e valores que se estendem a toda a sociedade.

As mudanças que ocorriam na produção têm seu correspondente, no plano da regulação, na ideologia social-democrata, que se completa com os princípios da teoria keynesiana e do Estado Social. O amplo sistema de regulação permitia, assim, assumir reivindicações das massas assalariadas. Reconheciam-se, formalmente, as organizações sindicais, tornando possível a efetivação de convenções coletivas de trabalho lastreadas em salários ascendentes e medidas de cunho social. Entre estas destacavam-se: garantia relativa de emprego e seguridade social (salário-desemprego, aposentadoria, etc.).

Esse sistema de regulação, que teve seus primórdios nos anos 30 nas principais economias capitalistas e nas dos países escandinavos, consolida-se no imediato pós-guerra e permite um período de longa prosperidade, que vai até o final dos anos 60.

Cabe referir que, do ponto de vista territorial, o paradigma taylorista-fordista, caracterizando-se por grande concentração da produção, tinha seu correspondente territorial na existência de grandes aglomerações urbanas.

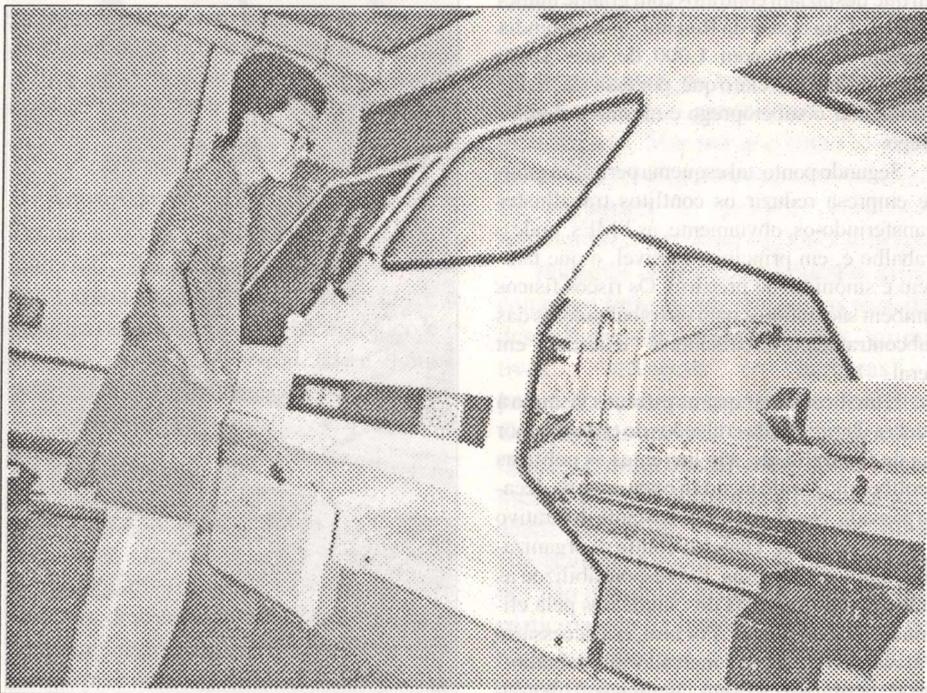


Foto: Cutti

A crise que eclodiu entre o final dos anos 60 e o início da década de 70 trouxe a certeza para os centros hegemônicos de que as políticas keynesianas e do Estado Social não eram mais possíveis, sobretudo porque a taxa de crescimento da produtividade havia caído a partir dos anos 70. Os salários, nos EUA e na Europa Ocidental, tenderam a se elevar, superando a evolução da produtividade, reduzindo a taxa de lucro e as possibilidades de acumulação a médio prazo.

São essas questões que os capitalistas buscam resolver. As transformações tecnológicas que estavam sendo gestadas desde os anos 50, sobretudo no campo da eletrônica, iriam resolver parte dessas questões. As inovações que se processam na microeletrônica, a partir dos semicondutores, abrem amplas possibilidades no campo de automação, permitindo, como veremos, resolver o problema da rigidez, ao nível da maquinaria. Não menos importantes serão as inovações na organização do trabalho. De fato, um conjunto de práticas oriundas dos países de capitalismo mais avançado (EUA e Japão) terão por meta suprimir os problemas da linha de montagem: especialização a partir de tarefas excessivamente parcelizadas, monotonia e repetitividade das tarefas. As variadas formas de gestão participativa (círculos de qualidade e suas variantes) tornarão isso possível.

Portanto, contrariamente à rigidez que caracterizava o taylorismo-fordismo, as novas tecnologias buscam obter o máximo de flexibilidade no que respeita a processos de produção, desenhos de produtos, ocupação da força de trabalho.

Com o sistema flexível de produção, os capitalistas buscam, através da segmentação e diferenciação dos produtos, o meio para evitar os mercados saturados (a economia baseada nas práticas fordistas contava com amplos mercados relativamente estáveis). Deve ser maior a gama, a variedade de tipos e tamanhos de produtos ofertados. A flexibilidade da produção é a forma de atender a esses constrangimentos do mercado.

No que tange à flexibilidade da força de trabalho, esse parece ser o principal objetivo, pois aqui se trata de atingir em cheio a centralidade da classe trabalhadora, reduzindo seu poder de reivindicação e luta. A segmentação da força de trabalho pode ser observada em dois níveis. Primeiro, no da empresa, na qual se distingue cada vez mais um núcleo de trabalhadores permanentes, contando com garantias contratuais, e um número de trabalhadores "periféricos" ou "externos" (ocupação sazonal, mensal, semanal ou mesmo diária). De um modo geral, o sistema flexível, quanto à força de trabalho, caracteriza-se por altas taxas de rotatividade, proliferação do

trabalho temporário e de tempo parcial, tanto quanto por trabalho a domicílio.

Segundo, no da escala territorial, na medida em que, nos países "centrais", uma parcela significativa das indústrias deslocou-se das áreas de maior concentração para outros pontos de seus territórios, onde o custo da força de trabalho é mais baixo, aumentando a desagregação do operariado.

Outra transformação significativa decorrente das inovações em curso situa-se na divisão do trabalho entre a grande empresa industrial (em geral, oligopólica) e empresas subcontratadas, pequenas e médias (PMEs). Essa prática já existia de longa data (mesmo em economias "periféricas", como a brasileira). A mudança é qualitativa. As PME que fazem parceria com os modernos oligopólios são bastante especializadas, atendendo aos requerimentos das novas formas de produção. Nesse esquema, a grande empresa repassa para as PME um certo número de atividades, como as de concepção de produtos, controle de qualidade, manutenção, programação de etapas produtivas, pesquisa e desenvolvimento, entre outras. Dessa forma, a grande empresa reduz suas pesadas e onerosas rotinas burocráticas.

Nessa questão da parceria, grande empresa/PMEs, dois pontos devem ser ressaltados. O primeiro é que o número de subcontratadas tende a ser bem menor do que antes, pelo menos em certas atividades de ponta. Perratt (1986), estudando a inserção dos oligopólios na região de Lyon, na França, assinala que a estratégia dessas empresas consistia em efetuar uma verdadeira "caça" de parceiros potencialmente mais produtivos, ao mesmo tempo em que desfaziavam contratos com grande número deles. Cita o caso da Renault, que pretendia suprimir acordos com 1.000 de suas 1.600 subcontratadas. É claro que, por essa via, tende a aumentar o subemprego e mesmo o desemprego.

Segundo ponto: tal esquema permite à grande empresa reduzir os conflitos trabalhistas transferindo-os, obviamente, às PME, onde o trabalho é, em princípio, flexível, o que também é sinônimo de precário. Os riscos físicos também são maiores para os trabalhadores das subcontratadas e trabalhadores "externos" em geral.

É fácil constatar que os esforços visando à quebra da rigidez das relações de trabalho, por via de flexibilidade, são inerentes às políticas neoliberais que alcançaram o seu auge na década passada. Nesse sentido, é bastante ilustrativo a arenga de Mme. Thatcher contra as organizações sindicais inglesas. Ela responsabilizou as práticas ultrapassadas dos sindicatos pela eliminação de empregos. Por isso, era necessário "atacar a rigidez do mercado de trabalho" para "permitir a cada um a inalienável liberda-

de de trabalhar como deseja" (Bernas, 1987). Essa política liberal deu a Inglaterra um provável recorde nesse domínio: em 1985, havia 8,1 milhões de pessoas, quase um terço da população ativa, na condição de trabalhadores flexíveis... (Bernas, 1987).

Impactos sobre o território

As transformações que vimos de descrever têm implicações sobre o espaço e sobre o movimento da população no território. Ou seja, a reestruturação das economias capitalistas desenvolvidas tem sido acompanhada de reestruturações que afetam a distribuição da força de trabalho no espaço. Assim, a indústria pesada (siderúrgica, automobilística e a têxtil remanescente) entraram em profunda crise em países como EUA, Inglaterra e França. Nos E.U.A., a decadência das antigas regiões industriais do Nordeste e da Região dos Lagos foi acompanhada do florescimento de novas regiões industriais no Sul do país e na Califórnia. Nessas regiões, a produção é predominantemente flexível e voltada para a tecnologia de ponta.

Entre 1967 e 1976, as antigas regiões industriais perderam 1.500.000 empregos industriais, enquanto nas novas regiões industriais

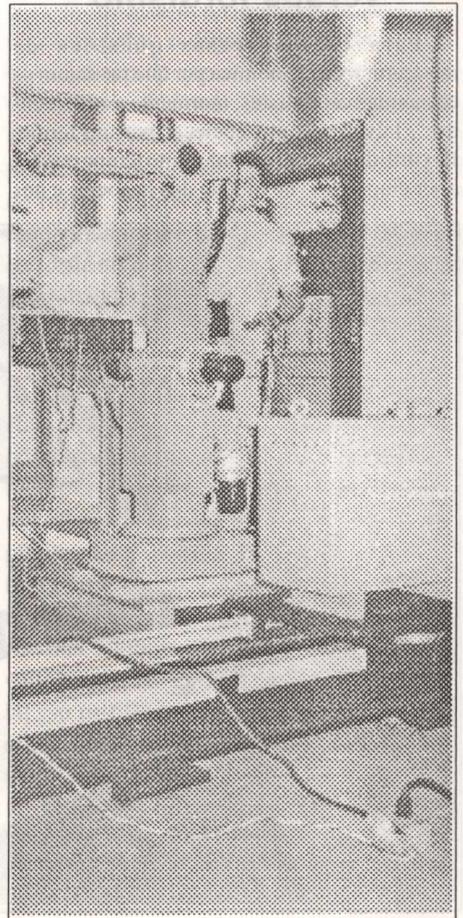


Foto: Dornelas

do Sul criaram-se 1.000.000 de novos empregos. No espaço de 20 anos, a Califórnia transformou-se no Estado mais industrializado dos E.U.A., com um contingente de 2.000.000 de operários e predominância de empresas de pequeno e médio porte.

A convergência da nova indústria para aquelas áreas encontra algumas explicações. Em primeiro lugar - e essa parece ser a razão principal -, para desenvolver-se plenamente, essa indústria, inicialmente, precisava contar com a organização sindical, historicamente bem estruturada nas antigas regiões industriais dos E.U.A.. É necessário, portanto, buscar áreas onde o poder de luta e a organização dos trabalhadores é débil ou onde a legislação trabalhista é permissiva em relação às práticas contratuais flexíveis. Coincidentemente, os Estados do Sul e da Califórnia são aqueles que adotaram legislação sindical contrária às antigas conquistas dos trabalhadores.

Assim, enquanto a forte organização sindical caracterizava as antigas regiões industriais, as novas regiões, são marcadas pelo individualismo e pela baixa taxa de sindicalização. Quanto a esse último indicador, chama a atenção o fato de que em uma das áreas mais industrializadas da Califórnia, o condado de Orange County, a taxa de sindicalização, na indústria, era de 12,1% contra 80% no Nordeste no mesmo ano.

Um segundo fator é a busca de melhor qualidade de vida em áreas aprazíveis, com menor densidade demográfica - processo que se tornou possível graças ao enorme avanço dos sistemas de informação e comunicação. Mesmo na realidade dos países centrais, esta solução consegue atender apenas as necessidades restritas dos assalariados superiores: quadros técnicos da alta administração e pesquisadores.

Um terceiro componente a ser mencionado é o papel que passou a ter, nas novas formas de produção flexível, o conhecimento científico e tecnológico, cujos atores e instrumentos são articulados em sítios específicos: pólos e parques tecnológicos, cidades científicas ou **tecnopólos**, como, genericamente, tornam-se conhecidos. Seguindo a experiência norte-americana (Vale do Silício, na Califórnia, e Rota 128, em Boston), esse modelo foi estendido a grande número de países na década passada.

Sobre esse último fator cabe um comentário adicional. Na década de 1980, no auge da ideologia neoliberal, a forma de produção flexível com o seu sítio apropriado - o tecnopólo - seria o padrão ideal que caracterizaria a sociedade pós-industrial que se aproximava. Locais aprazíveis - indústrias de ponta, centros de pesquisa em um meio confortável, reunindo

habitações, comércio, cultura e lazer - e, sobretudo, bons salários sem grandes distorções. Sabe-se hoje que, longe disso, gerou-se ali um mercado de trabalho dual, em que as tarefas de execução cabem a uma massa de trabalhadores em condições precárias, em grande parte clandestinos, oriundos dos países asiáticos e latino-americanos, com grande contingente de mulheres e negros.

Um espaço para a luta dos trabalhadores

Os enormes avanços tecnológicos em curso, incluindo as mudanças na organização do trabalho - que alguns denominam Terceira Revolução Industrial e Tecnológica - colocaram em cheque o modelo taylorista-fordista. Mas há fortes evidências, como vimos, de que eles visaram, também, reduzir o poder de organização e resistência dos trabalhadores.

Existiria, nessa conjuntura, algum espaço de luta para a classe trabalhadora? Alguns autores, como Lipietz, respondem afirmativamente a essa questão, defendendo que caberia aos trabalhadores apropriarem-se dos novos conhecimentos, socializando e coletivizando o saber prático adquirido. Estes devem aceitar o desafio, ocupando o terreno da revolução antitayloriana, mediante um 'compromisso' que permitiria aos trabalhadores, entre outras coisas, exigir maior estabilidade no emprego. (Lipietz, 1990).

Idéia próxima é defendida pelo geógrafo norte-americano, Harvey, quando diz que a produção flexível "cria para a classe trabalhadora oportunidades - bem como perigos e dificuldades - precisamente porque educação, flexibilidade e mobilidade geográfica, uma vez adquiridos ficam mais difíceis de serem controlados pelos capitalistas". (Harvey, 1992).

Certamente, essa estratégia poderia ser válida para aqueles que conseguem inserir-se no mercado de trabalho. Mas como negar que esse é cada vez mais restrito?

Algumas palavras sobre o Brasil

Antes de finalizar este artigo, seria preciso fazer uma referência às questões levantadas ao caso do Brasil. Nos últimos três anos, as práticas de produção flexível avançaram aceleradamente. Nos anos 30 e 40 o Brasil assimilou rapidamente as técnicas de gestão tayloristas-fordistas, tanto através do setor privado, quanto através da administração pública. (Não se exclui aqui o fato de que o aspecto social do fordismo foi aqui sempre precário se compara-

do ao que se passou nos países ricos). Portanto, seria de se esperar que as mudanças que estão em curso visando à reestruturação da produção fossem introduzidas rapidamente no país. Houve um atraso que corresponde, grosso modo, à década de 80. Entretanto, nos últimos três anos as novas formas de gestão passaram a ser difundidas rapidamente. Variadas técnicas de controle de qualidade e produtividade, associadas ao treinamento intensivo, para assimilá-las e implantá-las rapidamente, são comuns hoje nas empresas mais dinâmicas.

A divisão social do trabalho inter-empresas também avança rapidamente, sob a forma de sub-contratação e parceria, nos padrões atuais, que entre nós passou a ser denominada terceirização. "Terceirizar" é a palavra de ordem do empresariado brasileiro nos dias atuais. As administrações públicas estão seguindo o mesmo caminho. Mas em ambos os casos, muito mais do que a elevação da capacidade tecnológica, a desintegração das tarefas visa redução de custos, que são transferidos a terceiros.

A segunda dimensão da produção flexível, que é o seu reflexo territorial, tem significação restrita no Brasil. Os pólos tecnológicos e as incubadoras de empresas, que órgãos como Universidades, Prefeituras, BNDES, FINEP e SEBRAE estão estimulando, terão efeitos insignificantes a curto e médio prazo. A explicação é simples: o principal papel dos tecnopólos nos países centrais é a transferência de tecnologia. Ocorre que os empresários entendem de tecnologia como importação de tecnologias. Acresce que os investimentos nessa área são vultosos, de longo prazo de maturação (10 a 15 anos) e requerem uma prioridade que, no Brasil, não se lhes atribui. Assim, o fenômeno Vale do Silício tem pouca chance de se reproduzir entre nós, nos próximos anos.

* *Hermes M. Tavares é Prof. da Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

BIBLIOGRAFIA

- BERNAS, C. Anglaterrre précaire, la flexibilité à l'oeuvre. *La pensée*, n.258, jul.ago. Paris, 1987.
- GATTO, F. Cambio tecnológico neofordista y reorganización de la producción. Primeiras reflexiones sobre sus implicaciones territoriales. *Revista EURE*, Vol.XVI, n.47, Santiago, 1989.
- HARVAY, D. *Condição pós moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- LIPIETZ, A. A près-fordisme et démocratie. *Les temps modernes*, n.254, mar. 1990.
- PERRAT, J. Mutation des forces productives et nouvelle phase de la régionalisation du capital. *La pensée*, n.235, set.out. Paris, 1986.